



ACÓRDÃO Nº347/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11663/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo para Financiamento da Modernização do Estado do Amazonas-FMF/SEFAZ
- 4- **Exercício:** 2020
- 5- **Responsável:** Sr. Alex Del Giglio
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5022/2021-MPC-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo para Financiamento da Modernização do Estado do Amazonas-FMF/SEFAZ. Exercício de 2020.

Regularidade. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas do Fundo para Financiamento da Modernização do Estado-FMF/SEFAZ, exercício de 2020, de responsabilidade do **Sr. Alex Del Giglio** – Gestor e Ordenador das Despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, I e 23 da Lei nº 2.423/96;
- 10.2. **Dar ciência** desta decisão ao **Sr. Alex Del Giglio** e demais interessados;
- 10.3. **Arquivar** os presentes autos nos termos regimentais.



ACÓRDÃO Nº347/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 6ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 7 de Março de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Declaração de Impedimento: Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes (art. 65 do Regimento Interno).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO

Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral